PROJETO DE LEI Nº , DE 2015

(Do Sr. Arthur Virgílio Bisneto)

Inserere dispositivos no Código Penal e no Código Penal Militar, para tipificar o crime de terrorismo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Título VIII do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, passa a vigorar acrescido de um Capítulo IV, com a seguinte redação:

“TÍTULO VIII

DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA

.....

CAPÍTULO IV

FORMA QUALIFICADA DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA OU TERRORISMO

Terrorismo

Art. 285-A As condutas definidas nos tipos penais constantes deste título, quando praticadas com o fim de intimidar ou coagir a população civil ou parte dela ou de impedir, dificultar ou influenciar o livre exercício dos Poderes Constituídos ou o funcionamento de uma organização governamental internacional, configuram a prática do crime de terrorismo.

Pena - reclusão, de vinte a trinta anos.

§1º As condutas definidas nos art. 121, 129, 148, 163, 213, 217-A, 218, 218-A e 218-B, quando praticadas com uma das finalidades descritas no caput, também configuram a prática do crime de terrorismo.

§2º Não configura o crime descrito no caput deste artigo a ação de movimentos sociais de cunho reivindicatório que utilizem de meios pacíficos para o atingimento de seus fins.

§3º Não se incluem nas condutas a que se refere o caput deste artigo aquelas descritas em tipos penais punidos com detenção.” (NR)

Art. 2º O Título VI do Decreto-Lei Nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar, passa a vigorar acrescido do Capítulo IV, com a seguinte redação:

TÍTULO VI

DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA

CAPÍTULO IV

FORMA QUALIFICADA DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA OU TERRORISMO

Terrorismo

Art. 297-A As condutas definidas nos tipos penais constantes deste título, quando praticadas com o fim de intimidar ou coagir a população civil ou parte dela ou de impedir, dificultar ou influenciar o livre exercício dos Poderes Constituídos ou o funcionamento de uma organização governamental internacional, configuram a prática do crime de terrorismo.

Pena - reclusão, de vinte e cinco a trinta anos.

§1º As condutas definidas nos art. 205, 208, 209, 225, 232, 233, 259, 262, 263, 264 e 265, quando praticadas com uma das finalidades descritas no caput também configuram a prática do crime de terrorismo.

§2º Não configura o crime descrito no caput deste artigo a ação de movimentos sociais de cunho

reivindicatório que utilizem de meios pacíficos para o atingimento de seus fins.

§3º Não se incluem nas condutas a que se refere o caput deste artigo aquelas descritas em tipos penais punidos com detenção.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A ameaça terrorista é uma realidade mundial contemporânea. A existência e a atuação de organizações terroristas como a Al Qaeda e o Estado Islâmico são provas dessa afirmação.

O fato de o Brasil não ter sido palco nem alvo de algum atentado terrorista nos últimos anos não pode ser encarado como um salvo conduto eterno que nos torna imunes a essa ameaça. Isso se dá, de modo especial, na situação em que vivemos atualmente, a alguns meses dos Jogos Olímpicos que serão realizados no Brasil em 2016.

A tipificação do crime de terrorismo, nesse contexto, se faz altamente necessária e urgente. O Brasil, ao não possuir um tipo penal caracterizador desse crime, na prática, expõe uma lacuna indefensável em seu ordenamento jurídico, máxime quando se percebe que já se passaram quase catorze anos do ataque terrorista às Torres Gêmeas de Nova Iorque, ocorrido em 11 de setembro de 2001.

Somente a título de ilustração, o *USA Patriot Act*¹, de 2001, que modificou consideravelmente todo o ordenamento jurídico estadunidense de maneira a adaptá-lo à nova situação mundial emersa do ataque às Torres Gêmeas, foi publicado poucas semanas após a destruição daqueles edifícios. É certo que o fato de os Estados Unidos terem sido o alvo do ataque acelerou o processo, mas catorze anos extrapola qualquer margem de aceitabilidade.

¹ *USA Patriot Act - Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism.*

Provada a urgência, é preciso que se ressaltem, brevemente, os méritos da presente proposição legislativa. Mesmo ciente de que, pelo menos, outros nove projetos de lei tramitam nesta Casa Legislativa² acerca do tema, este autor julgou importante contribuir com a discussão, com o fito de dar-lhe impulso.

Ao observarmos a imensa complexidade de se definir o crime de terrorismo³, com a clareza e a precisão que o Princípio do Direito Penal da Taxatividade nos impõe, optamos por utilizar descrições já existentes no Código Penal e no Código Penal Militar em vigor. Isso, porque o Título VIII, no primeiro, e o Título VI, no segundo Código, tratam dos Crimes contra a Incolumidade Pública e uma análise criteriosa dos tipos penais constantes daqueles títulos nos permite concluir que a soma deles consegue, em muito boa medida, abarcar as condutas que, praticadas com determinados fins, configurariam a prática do crime de terrorismo.

Entretanto, ainda há outros tipos penais nos dois Códigos cujas condutas, quando praticadas com determinados fins, também devem ser consideradas terrorismo. Abaixo, temos uma tabela demonstrativa desses tipos penais mencionados nas alterações legislativas propostas.

Código Penal		Código Penal Militar	
Artigo	Crime	Artigo	Crime
121	Homicídio.	205	Homicídio.
129	Lesão corporal.	208	Genocídio.
148	Sequestro e cárcere privado.	209	Lesão corporal.
163	Dano.	225	Sequestro ou cárcere privado.
213	Estupro.	232	Estupro.
217-A	Estupro de vulnerável.	233	Atentado violento ao pudor.
218	Corrupção de menores.	259	Dano
218-A	Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente.	262	Dano em material ou aparelhamento de guerra.
218-B	Favorecimento da prostituição ou	263	Dano em navio de guerra ou mercante em serviço militar.

² O autor tem ciência também de que o PL nº 236, de 2012, do Senado Federal, que reforma o Código Penal, já contém uma proposta diversa e abrangente para a tipificação do terrorismo.

³ O pesquisador Leandro Noveli, Oficial de Estado-Maior e das Forças Especiais do Exército Brasileiro, em exaustiva pesquisa realizada entre 2012 e 2015, reconhecendo a dificuldade de se definir terrorismo nos dias atuais, propôs uma definição que foi levada em consideração na formulação dessa proposição legislativa: “método de combate sistematizado que utiliza irrestritamente a violência ou a ameaça em suas vítimas para obter ou difundir objetivos psicológicos do medo sobre públicos-alvo a fim de alcançar objetivos normalmente políticos”. NOVELI, L. *A possibilidade de atividades terroristas em território brasileiro gerando medidas para a diminuição desse risco*. Tese Incompleta (doutorado). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2015, p. 143.

	de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.	264	Dano em aparelhos e instalações de aviação e navais, e em estabelecimentos militares.
--	---	-----	---

Os fins a que nos referimos nos parágrafo anteriores são a intimidação ou a coação da população civil ou de parte dela; ou a influência sobre o livre exercício dos Poderes Constituídos ou sobre o funcionamento de uma organização governamental internacional. Assim se fez, porque os alvos típicos dos terroristas, num grande esforço de classificação e de redução, são a população, o Estado e as organizações governamentais internacionais. Daí a preocupação com os fins.

Com o objetivo de se dispor de uma perspectiva comparada, estudaram-se as definições de terrorismo em países⁴ como Estados Unidos, França, Reino Unido, Cuba, Japão e Espanha. As ideias obtidas desse estudo encontram-se incorporadas ao tipo penal ora apresentado, de forma especial quanto (1) aos fins típicos do ato terrorista; (2) à remissão a outros crimes já tipificados pelo ordenamento jurídico de cada país; (3) na busca de abrangência na definição, de forma a reduzir possibilidade de que alguma ação reconhecidamente terrorista, se perpetrada e julgada, tivesse seu caráter não reconhecido pelo Poder Judiciário, dentre outras.

A motivação, nessa proposição, não foi levada em consideração, priorizando-se os fins. Foi uma decisão deliberada, vez que nos parece indiferente, para a configuração desse crime, o que havia na mente de seus perpetradores (se motivado por ideais religiosos, políticos, raciais, étnicos etc.). O resultado e, de modo especial, os fins a que se destinaram as ações são mais importantes nessa análise.

Antes de terminar, duas observações são necessárias: (1) em respeito ao direito de manifestação pacífica e de luta por melhores condições de vida, criamos a descaracterização do tipo penal naquelas condutas praticadas por movimentos sociais, desde que satisfeito o caráter

⁴ Por exemplo, para os Estados Unidos: “[...] o termo ‘terrorismo’ significa qualquer atividade que (A) envolva um ato que (i) seja perigoso para vida humana ou potencialmente destrutiva em relação a alguma infraestrutura crítica ou recursos-chave; e (ii) se caracterize como uma violação das leis criminais dos Estados Unidos ou de qualquer Estado ou outra subdivisão dos Estados Unidos; e (B) apareça ter a intenção (i) de intimidar ou coagir a população civil; (ii) de afetar as políticas de um governo por intimidação ou coerção; (iii) de afetar a conduta de um governo por destruição em massa, assassinatos ou sequestros”. Disponível em <http://uscode.house.gov/view.xhtml?req=terrorism&f=treesort&fq=true&num=11&hl=true&edition=prelim&granuleld=USC-prelim-title6-section101>. Acesso em 27 mar. 2014. Tradução nossa. Acesso em 27 mar. 2015. E para o Reino Unido:

pacífico de suas ações; e (2) como os crimes punidos com detenção são dotados de menor potencial ofensivo, criou-se exceção capaz de privilegiar o caráter mínimo do Direito Penal, excluindo-os da caracterização do tipo penal do terrorismo.

Diante de todo o exposto, esperamos obter apoio dos demais Pares na aprovação desse projeto de lei de suma importância para o futuro da ordem e da paz social deste País.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 2015.

Deputado ARTHUR VIRGÍLIO BISNETO
PSDB/AM